

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas	
CEIOP	
N.º Único	622168
Entrada/Saída n.º	8
Data	14/1/2019

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão Parlamentar de
Economia, Inovação e Obras Públicas,
Deputado Hélder Amaral

S. Bento, 4 de janeiro de 2019

Assunto: Audições, com carácter de urgência, do Ministro do Ambiente e da Transição Energética, João Pedro Matos Fernandes e do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, relativas ao acordo para o aeroporto no Montijo e ainda das Associações Ambientalistas Zero e Quercus.

Foi com surpresa que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda viu ontem o anúncio do agendamento da assinatura do acordo entre o Governo e a ANA — Aeroportos de Portugal, com vista à construção do novo aeroporto no Montijo, para a próxima terça-feira, dia 8 de janeiro.

Seria expectável que, entretanto, fosse tornado público o Estudo de Impacto Ambiental deste projeto, mas foi hoje noticiado que esse estudo ainda está longe de ser concluído, até porque o mesmo ainda está a decorrer e, depois, terá ainda de ser validado pela Agência Portuguesa do Ambiente, tendo em vista a abertura de um processo de consulta pública.

O Bloco de Esquerda não pode deixar de manifestar a sua perplexidade pela anunciada decisão por parte do Governo de assinar um acordo que deverá detalhar diversas questões financeiras que suportam a construção de um novo aeroporto no Montijo, dando todos os indícios de uma decisão fechada e irreversível.

Porém, como de resto recomendam as boas práticas e os princípios subjacentes à legislação nacional e europeia, qualquer decisão de localização de um novo aeroporto civil obriga a uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). E, mesmo que tal AAE possa ser discutível, pelo menos sem que, pelo menos, o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) esteja concluído, nada justifica que o Governo se precipite na tomada de uma decisão cujo alcance se reveste de uma tão grande relevância estratégica.

No entender deste Grupo Parlamentar esta atuação do Governo parece ser a escolha de uma solução alinhada com a política do facto consumado e da “irreversibilidade” da decisão, na sequência de algumas declarações por parte de responsáveis do Governo, incluindo do próprio primeiro-ministro, no mesmo sentido, bem como revelam uma ação de pressão inaceitável sobre a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) visando a validação da opção pelo aeroporto no Montijo.

Recorde-se, a propósito, que o primeiro Estudo de Impacto Ambiental, elaborado pela ANA/VINCI sobre esta matéria foi rejeitado em julho do ano passado pela própria APA, que apontou alguns problemas no estudo, nomeadamente a falta de informações e medidas relativas à fauna avícola existente ou que demandam regularmente a Reserva Natural do Estuário do Tejo. Todos estamos lembrados das declarações do próprio Ministro do Ambiente no sentido de uma avaliação rigorosa dos impactes ambientais do novo aeroporto já que, entre outros, está em causa a existência de um corredor utilizado por muitos milhares de aves migratórias que poderá trazer não só problemas ambientais, como também à operacionalidade e segurança das aeronaves.

Note-se por fim que o próprio Governo, por proposta do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, deu posse no final do passado mês de setembro ao Conselho Superior das Obras Públicas cujos Estatutos obrigam a um parecer prévio para obras públicas com grande relevância e quando o seu valor ultrapassa os 75 Milhões de euros.

Contabilizando todas verbas envolvidas nas acessibilidades de uma futura infraestrutura aeroportuária esse valor de referência será obviamente ultrapassado, para além de todos os impactes que a localização de um novo aeroporto, qualquer que ela seja, terá necessariamente no ordenamento do território e no ambiente. Tanto quanto se sabe o dito Conselho Superior das Obras Públicas não produziu qualquer análise sobre a matéria em causa, continuando inclusive por se saber se a questão lhe terá sido colocada.

Importa por isso ouvir, com caráter de urgência, os responsáveis políticos do governo diretamente envolvidos nesta decisão – Ministro do Ambiente e da Transição Energética e Ministro do Planeamento e das Infraestruturas – e ainda algumas associações ambientalistas que se têm pronunciado sobre a hipotética construção do Aeroporto do Montijo, nomeadamente a Zero e a Quercus.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com caráter de urgência, a realização das seguintes audições:

- *Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques;*
- *Ministro do Ambiente e da Transição Energética, João Pedro Matos Fernandes;*
- *Zero – Associação Sistema Terrestre Sustentável;*
- *Associação Nacional de Conservação da Natureza Quercus.*

pelo que solicita a V.Ex^a a adoção de rápidas diligências necessárias para esse efeito.

Os Deputados e a deputada do Bloco de Esquerda,

Heitor de Sousa, Ernesto Ferraz e Maria Manuel Rola

